

(Des)conjunturas das políticas setoriais para a dança

*Uma análise do papel da Funarte e
do Edital Klauss Vianna¹*

Lúcia Matos²

-
- 1 Parte do assunto tratado neste artigo foi apresentado na mesa-redonda “Políticas setoriais para as artes: panorama atual”, durante o “I Seminário de Políticas para as Artes: impasses e perspectivas”, ocorrido em Salvador, em dezembro de 2016, no Museu de Arte da Bahia.
 - 2 Docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do grupo de Pesquisa Políticas, Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança (Proceda) (CNPQ). *E-mail: luciamatos2@gmail.com*

RESUMO

O tema da institucionalização das políticas culturais no Brasil passa a ser discutido a partir dos anos de 1930, com ações direcionadas para algumas linguagens artísticas. A área da dança só passa a ser abordada nas políticas culturais federais após a criação da Funarte, em 1975, mas ainda de modo incipiente. Este artigo apresenta uma contextualização sobre as políticas setoriais para a dança no âmbito federal, a partir de 2003, situando a estruturação dessas políticas na Funarte. Além disso, analisa indicadores do Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna, presentes no relatório “Editais de Fomento 2006–2015”, relacionando-o com perspectivas apontadas pelos indivíduos participantes da pesquisa “Mapeamento da Dança”, coordenada por Matos e Nussbaumer (2016), sobre os editais federais para o setor.

Palavras-chave: Políticas setoriais. Dança. Prêmio Klauss Vianna. Mapeamento da dança.

ABSTRACT

The institutionalization of cultural policy in Brazil was first introduced as an idea in the 1930s, with a series of actions aimed at specific artistic areas. The area of dance was included in Brazilian federal cultural policy only after the establishment of FUNARTE (National Foundation for the Arts) in 1975, and at that time only with an incipient presence. This paper contextualizes sectorial policies for dance on a federal level from 2003 onwards, and outlines the structure of these policies within FUNARTE. The paper also analyzes indicators from the FUNARTE Klauss Vianna Public Grant for Dance as presented in the report “Editais de Fomento 2006–2015” [Grant Programs 2006–2015] (FUNARTE, 2016), relating this report to points raised by participants of the research project “Mapeamento da Dança” [Dance Mapping] (MATOS and NUSSBAUMER, 2016) regarding federal grant programs for the sector.

Keywords: Sectorial policies. Dance. Klauss Vianna Public Grant. Dance mapping.

INTRODUÇÃO

O tema das políticas públicas culturais no Brasil começa a ser apontado nos anos 1930, com a institucionalização da cultura pelo governo Getúlio Vargas, que cria alguns órgãos relacionados ao patrimônio histórico e artístico, radiodifusão, teatro, livro e cinema educativo, além do Conselho Nacional de Cultura. Vale ressaltar que o surgimento do Serviço Nacional de Teatro (SNT), em 1937, ocorre também em decorrência da atuação parlamentar de Getúlio Vargas que, em 1928, conduziu na casa legislativa um projeto elaborado por uma comissão dirigida pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que originou o Decreto nº 5.492/1928. (CAMARGO, 2010) Essa legislação “Regula a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatraes”,³ descreve áreas de atuação para a profissão do artista e estabelece medidas protetoras para essa classe. Nesse decreto a única alusão feita à área da Dança está presente no artigo terceiro

.....
3 Ortografia em vigência em 1928.

quando inclui no rol de atuações artísticas “os bailarinos, coristas e cançonetistas”.⁴

O SNT, em 1939, apresenta um edital para concorrência e seleção de companhias teatrais que possuíssem “finalidade artística”, critério este que estabelecia uma hierarquia entre os gêneros teatrais. As companhias que foram contempladas receberam o pagamento dos aluguéis dos teatros. Além desse edital, havia “a concessão de pequenos auxílios para excursões e para montagens de peças de caráter histórico e educativo” (CAMARGO, 2010, p. 6) bem como ocorriam apoios diretos, por meio dos quais o Ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, repassava recursos públicos a grupos teatrais de sua preferência.

É interessante notar que a dança é institucionalizada no Brasil, em 1927, com a fundação da Escola⁵ e do Corpo de Baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, sendo outro importante marco no ensino informal a criação da primeira escola privada de dança moderna, a Academia de Bailado de Chinita Ullman, em 1932. Novas iniciativas públicas na área só ocorrem entre os anos 1940 e 1950, como por exemplo, a criação da Escola Experimental de Dança Clássica (1940)⁶, o Ballet do IV Centenário (1953) e a criação da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1956). No âmbito da iniciativa privada, o Ballet da Juventude é considerado a primeira companhia brasileira com esse perfil, que funcionou de 1945 a 1956. (CERBINO, 2007) Ainda no final dos anos 1930 ganha destaque produções relacionadas aos movimentos nacionalistas, como o trabalho inovador de Eros Volússia e posteriormente o Ballet Folclórico Nacional (1946), de Felícitas Barreto. (REIS, 2005) Vale registrar que outras iniciativas foram efetivadas com a contribuição de muitos artistas estrangeiros que vieram para o Brasil durante o período das guerras mundiais. Mesmo com esse

.....
4 Ortografia em vigência em 1928.

5 A Escola foi separada da companhia, em 1988, sendo renomeada como Escola de Danças Clássicas Maria Olenewa. É a mais antiga escola de formação em dança do país.

6 Depois denominada Escola Municipal de Bailados (SP).

percurso significativo da dança, ainda que tímido, essa área só passa a fazer parte das políticas culturais muito tardiamente no âmbito do governo federal.

Com a criação da Fundação Nacional de Artes (Funarte), como órgão da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, por meio da Lei nº 6.312 de 1975, essa passa a incorporar instituições anteriormente destinadas ao campo cultural como o “Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Museu Nacional de Belas Artes, a Campanha de Defesa do Folclore e a Comissão Nacional de Belas Artes”. (BRASIL, 1975) O artigo 4º da referida lei define para a Funarte, como sua meta central, “estimular as atividades artísticas no meio estudantil e sindical, assim como em clubes e associações recreativas e culturais, mediante convênio com essas instituições”. (BRASIL, 1975) Mesmo com essa contingência inicial prevista para suas competências, com o passar dos anos a Funarte alarga seu campo de atuação e assume um papel inovador no campo da cultura. (RUBIM, 2007)

Apesar da área da dança não ser nominalmente citada nas diretrizes da Funarte entre os anos de 1975 e 1976, vale ressaltar que o Serviço Nacional de Teatro, a partir de 1977, passa a incluir algumas ações para o campo da dança, sendo atribuído ao Ministro Ney Braga essa inclusão. As ações que foram deflagradas no período de 1977 a 1978 resultaram no documento “Serviço Nacional do Teatro no Campo da Dança”, o qual apresentava três linhas de atuação: “(1) ajuda financeira à atividade profissional; (2) orientação e recursos à formação de artistas e técnicos; (3) ampliar a faixa de público voltado para a dança, através de atividades específicas”. (GUIMARÃES, 2011, p. 7) Ressalta-se que, em 1981, o SNT passa a se chamar Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacen), e é criado em sua estrutura o Serviço Brasileiro de Dança (SBD), similar ao Serviço Brasileiro de Teatro, tendo como meta ampliar as ações para a área, principalmente no que se refere ao apoio aos grupos. (VELLOSO, 2011) Em 1989 esse instituto torna-se a Fundação Nacional de Artes

Cênicas (Fundacen), tendo como “finalidade promover, incentivar e amparar o desenvolvimento das artes cênicas” (BRASIL, 1987), e o apoio ao campo da dança passa a ser feito pelo então denominado Instituto de Dança (ex-SBD). Apesar dessas propostas, o apoio aos artistas da dança não chega a ter uma grande ramificação nacional, tendo uma maior concentração no eixo Rio-São Paulo.

Todos esses órgãos estavam ligados à estrutura da Funarte e não podemos deixar de reforçar que se historicamente essa Fundação

[...] em certos momentos acolheu artistas e intelectuais que desenvolveram importante militância na área, a partir da criação do MinC, em 1985, a instituição com então dez anos, que chegou a ser considerada ‘modelo’, teve seus dirigentes e corpo técnico desempoderados, sua estrutura quase desmantelada e não mais voltou a ter o mesmo prestígio de antes. (NUSSBAUMER, 2017, p. 1)

Entre o sucessivo desmantelamento e apagamento da Funarte – decorrente da extinção de todos os órgãos de cultura no governo Collor (1990) e sua retomada em 1992 – esta perde sua força e campo de atuação sendo que “a vertente agência de financiamento da Funarte vai se tornando secundária, e ela se vê, no final da década, reduzida fundamentalmente a uma instituição realizadora de projetos próprios”. (BOTELHO, 2000 apud NUSSBAUMER, 2017, p. 2)

No governo Lula mudanças profundas foram realizadas nas políticas culturais pelo ministro Gilberto Gil (2003-2008), e na continuidade com Juca Ferreira (2008-2011), decorrente, por exemplo, da ampliação do conceito de cultura, da estruturação de um sistema nacional de cultura e do foco das políticas para a cidadania e diversidade cultural. O Ministério da Cultura (MinC) desenvolve ações em áreas culturais antes não abarcadas por esse órgão – como cultura indígena, cultura negra e LGBTTT –, e inicia um processo de fortalecimento da participação social e democrática nunca antes vista nesse setor.

A visão de políticas culturais presente nessa gestão pode ser correlacionada a perspectiva de García Canclini (2001) quando este as define como atos de intervenção não só do Estado, mas de grupos sociais e instituições, os quais acionam dispositivos que ressaltam “o confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”. (MCGUIGAN, 1996 apud BARBALHO, 2007, p. 39)

Diante dessa mudança de perspectiva e da potencialidade da participação social no processo de construção das políticas culturais, apresentaremos a seguir algumas implicações geradas para o campo da dança nesse período e as diretrizes adotadas pela Funarte no que se refere a políticas setoriais para a área.

CONJUNTURAS PARA AS POLÍTICAS SETORIAIS PARA A DANÇA

Durante a gestão Lula, a propositiva articulação do setor da Dança nos espaços de diálogo com o governo federal se deu também em decorrência de uma maior atuação política da área, iniciada em 2001, por conta de uma ofensiva do Conselho Federal de Educação Física.⁷ Através dos fóruns e associações de dança, em 2003, essa área começa a buscar espaços de representação em instâncias governamentais, visando a construção de políticas públicas setoriais.

Com as manifestações e documentos entregues pela classe de dança durante a circulação do seminário “Cultura para Todos”, em 2003, o secretário Juca Ferreira, posteriormente, acata uma reivindicação da área, a qual passa a ter o apoio do ministro Gilberto Gil,

-
- 7 O movimento nacional “Dança é Arte”, foi iniciado contra as arbitrariedades do Conselho Federal de Educação Física (Confef), o qual, com o discurso de que dança é atividade física, tentou colocar a dança como uma das áreas de atuação do professor de Educação Física e, como consequência, passaria a fiscalizar as atividades artístico-educativas da área da dança. Isso gerou esse movimento nacional e, com apoio de deputados, foi criado o Projeto de Lei (PL) nº 7370/2002, iniciado pelo deputado Luiz Fleury, o qual foi arquivado em 2007 e substituído pelo PL nº 1371/2007 de autoria de Alice Portugal. Esse PL está aguardando parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Legislativa. Por outro lado, em 2007, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial 1012692/RS2007, definiu que as atividades de professores e mestres de danças, ioga e artes marciais, não são caracterizadas como próprias dos profissionais de educação física e conseqüentemente, não cabe ao Confef a sua fiscalização.

para o reconhecimento da especificidade da Dança e a criação de uma Câmara Setorial de Dança, separada do grande guarda-chuva das Artes Cênicas, como estava inicialmente previsto.

No âmbito governamental, as propostas apresentadas pela gestão Gilberto Gil implicaram, já em 2003, em um novo alinhamento MinC e Funarte, ficando esta direcionada para as políticas setoriais das artes. Segundo Antonio Grassi, presidente da Funarte na época,

[...] foi fundamental a mudança da estrutura organizacional do Ministério da Cultura [...]. A nova estrutura acabou com as duplicidades que faziam sobreposição às ações desta Fundação, levando-a a recuperar seu papel de articuladora e incentivadora das políticas públicas, no âmbito federal. Sua nova estrutura é formada pelo Centro de Artes Cênicas, Centro de Artes Visuais, Centro de Música e o Centro de Programas Integrados. (FUNARTE, 2003, p. 3)

Entretanto, ainda nos primeiros anos da gestão Gil, essa “luminosidade” sobre a Funarte passa a incidir apenas parcialmente, já que as políticas específicas para as artes foram deixadas em segundo plano, devido a gestão do MinC ter como foco a diversidade cultural e não reconhecer a existência dessa diversidade também no campo das artes.

Na reestruturação⁸ da Funarte apenas em 2004 é criada a Coordenação de Dança (Codança), como parte da estrutura do Centro de Artes Cênicas, sendo que cabe a este Centro “formular, promover e fomentar programas, projetos e atividades voltadas para as artes cênicas, inclusive na formação de recursos humanos, na produção artística, na difusão e no intercâmbio cultural no Brasil e no exterior”. (BRASIL, 2004) A Coordenação de Dança começa a desenhar algumas ações específicas, mas, em

.....
8 Ver Decreto nº 5.037, de 7 de abril de 2004.

2004, a dança é apenas incluída nos editais Caravanas Funarte de Circulação (regional) e Ocupação dos Teatros da Funarte.

Em 2005 são lançados dois grandes editais. O primeiro, o Prêmio Funarte Petrobrás de Estímulo ao Teatro e a Dança, que é direcionado como um apoio à novas produções, ao desenvolvimento de novas linguagens e a manutenção de grupos e companhias, com recursos oriundos da Petrobrás. O edital dá apoio a 63 grupos de teatro e a 22 grupos de dança. O segundo edital, e que se torna a principal ação para o setor, refere-se ao Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna,⁹ que dá apoio a 57 grupos, com verba da Petrobrás e tem, posteriormente, recursos suplementares de uma Emenda Parlamentar e são contemplados mais 70 suplentes. Esse edital passa a ser o de maior constância dentro do âmbito da Coordenação de Dança. (FUNARTE, [2006], [2007])

Ainda em 2005 são iniciadas pelas equipes conjuntas do MinC/ Funarte reuniões preparatórias para implantação das câmaras Setoriais de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, sendo que a de Circo só é constituída em 2006. Nesse momento inicial, as Câmaras tiveram reuniões presenciais realizadas na Funarte e videoconferências, e tinham como tarefa a realização de um diagnóstico empírico de cada área, a partir de temas indicados no plano de trabalho proposto pelo MinC.

Mesmo com a Funarte coordenando o processo das Câmaras Setoriais, nesse primeiro ano, ainda era visível uma resistência por parte de alguns gestores pelo reconhecimento da especificidade da dança e da necessidade de geração de políticas para essa área. Os trabalhos das câmaras foram suspensos no primeiro semestre de 2006 por causa de contingenciamentos orçamentários e só foram retomados no segundo semestre, com reuniões específicas das Câmaras e de Grupos de Trabalho, que envolveram representantes das distintas linguagens artísticas.

.....
9 Klauss Vianna (1928-1992), formado em *ballet* clássico, foi artista da dança (professor, coreógrafo, bailarino e pesquisador) e preparador corporal que desenvolveu um método próprio direcionado ao desenvolvimento da corporalidade expressiva de atores e bailarinos. (KLAUSS..., 2017)

É também nesse ano de 2006 que é publicado o Caderno de Cultura como parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) (IBGE, 2007), no qual a dança aparece com a segunda manifestação mais presente no campo cultural brasileiro, com 56,1% dos municípios brasileiros declarando possuir grupos de dança, o que reforça a necessidade de políticas específicas para a área.

Em 2007, mais uma vez, os trabalhos das câmaras ficaram suspensos durante quase um ano, sendo retomados apenas em dezembro, quando são deslocados para o Ministério da Cultura, tornando-se colegiados setoriais. Em 2008 os colegiados passam a ser instâncias consultivas, com representação no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). Como resultado desse processo¹⁰ são estruturados, em 2010, os Planos Setoriais de Artes Visuais, Dança, Música, Teatro e Circo. Nesse período, o coordenador de dança da Funarte¹¹ torna-se um participante do colegiado, ao lado de outros representantes governamentais e da sociedade civil, mas, de modo geral, essa fundação deixa de ter um papel centralizador na condução da estruturação de políticas setoriais para as artes.

Assim sendo, volta a caber à Funarte e seus dirigentes¹² a elaboração de ações de fomento para cada linguagem artística. No campo da dança, as propostas da Funarte ainda permanecem pontuais, com mudanças de projetos/ações¹³ a cada entrada de um novo gestor, aliado a um quadro de recursos humanos insuficiente para atender as demandas da linguagem artística, uma grande oscilação orçamentária e a definição de uma política de acesso aos recursos baseados majoritariamente em editais de curto prazo (um ano). Uma tentativa

-
- 10 Ver publicação "Câmara e Colegiado Setorial de Dança: relatório de atividades 2005-2010". (CNPC, [2011]).
 - 11 Ao longo desse processo foram coordenadores Marcos Moraes, Leonel Brum e Fabiano Carneiro, que continua até os dias atuais.
 - 12 De 2003 até o presente momento foram presidentes da Funarte: Antonio Grassi, Celso Frateschi, Sérgio Mamberti, Antonio Grassi (segunda gestão), Gutti Fraga, Francisco Bosco e o atual Sterpan Nercessian, sem citar os que assumiram interinamente.
 - 13 Alguns exemplos de projetos e editais que surgiram em distintas gestões da Funarte e não tiveram periodicidade: Projeto Engenho das Artes (2007 e 2010) e a Bolsa de Estímulo à Criação Artística e Produção Crítica em Dramaturgia (2008); Prêmio Artes Cênicas na Rua (2009 a 2011).

de reestruturação foi a anunciada Política Nacional das Artes (PNA), durante o retorno de Juca Ferreira ao MinC, em 2015, mas os trabalhos ainda iniciais foram bruscamente interrompidos com a séria crise política instaurada no país, sendo que a proposta da “PNA poderia vir a ser o marco de um processo fundamental para as artes, contribuindo também para o empoderamento e revitalização da própria Funarte”. (NUSSBAUMER, 2017, p. 5) Nesse sentido, pouco se avançou na efetivação de programas específicos para essa linguagem artística, com ações de médio e longo prazos, acompanhadas de avaliações, atendendo a metas previstas no próprio Plano Setorial da Dança (2010). O Plano Setorial de Dança teve sua primeira versão publicada em 2010, prevendo 5 eixos, 14 diretrizes, 15 estratégias e 70 ações, com metas projetadas para curto, médio e longo prazo, a serem implementadas no período de dez anos (2011 a 2021).

Apesar desse documento reforçar a necessidade de criação de estratégias mais amplas, desde 2004, a Funarte não possui um programa para a dança e suas ações se baseiam no perfil dos editais. Para discutir os editais, passaremos a analisar os indicadores relativos ao Prêmio Klauss Vianna presentes no documento “Editais de Fomento 2006–2015”,¹⁴ o qual foi elaborado pelo Centro de Artes Cênicas (Ceacen) e o Setor de Políticas de Fomento. Essa escolha se dá visto ser esse o edital, com já foi dito, o que tem apresentado continuidade no âmbito da Codança. Contudo, identifica-se nesse relatório alguns problemas metodológicos – como gráficos declarados com a falta de dados de alguns anos bases, ausência de legendas esclarecedoras e de textos explicativos a cada gráfico – e por esse motivo usaremos alguns gráficos que possuem dados mais concretos e gerais. Como forma de cruzar informações, esses dados também serão relacionados a alguns dos resultados presentes na publicação “Mapeamento da dança: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil”, de Matos e Nussbaumer (2016),

.....
14 Cf. FUNARTE, 2016.

no que se refere a percepção dos agentes da dança, participantes dessa pesquisa, sobre os editais.¹⁵

DESCONJUNTURAS DAS "POLÍTICAS DE EDITAIS"

Conforme consta no *site* da Funarte, na página da coordenação de dança, suas ações para o campo se estruturaram em duas linhas: uma direcionada para ações e convênios e a segunda, incentivo à dança através de editais.

A linha "ações e convênios" é o de menor abrangência e visa fomentar projetos relacionados ao desenvolvimento de atividades artísticas em dança. Porém, no descritivo de ações são citados alguns projetos próprios que tiveram continuidade como as oficinas de capacitação artística e técnica e o cadastro da dança,¹⁶ e outros que se caracterizam como atividades isoladas, sem continuidade, como a Mostra de Dança e Teatro/Mamembão, de 2012. No âmbito dos convênios são listados apoios majoritariamente aos festivais, como o Circuito Brasileiro de Festivais Internacionais de Dança e o projeto Outras Danças.

A segunda linha, "incentivo à dança através de editais", conforme anuncia a Codança, refere-se ao fomento em âmbito nacional a projetos que visem o desenvolvimento de atividades artísticas de dança, em todas as suas modalidades. Em seu descritivo, apresenta os seguintes editais: Ocupação do Teatro Cacilda Becker, para cessão do espaço teatral, que vem sendo ofertado de forma contínua; Bolsa Funarte de Residências Interamericanas, que só foi ofertado em 2010; o Prêmio Procultura de Estímulo ao Circo, Dança e Teatro, com duas edições (FUNARTE, 2012, 2013), realizado em parceria com a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (Sefic/MinC), com uso de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC); e, por fim, o Prêmio Klauss Vianna, que se

.....
15 Neste artigo não iremos discutir a problemática do acesso à lei de incentivo.

16 Banco de dados, *online*, para autopreenchimento de dados básicos dos agentes da dança.

configura como um edital de fomento que abarca projetos de circulação nacional de espetáculos, atividades artísticas para artistas consolidados (mais de 3 anos de atividades) e novos talentos. Vale também ressaltar que o Brasil, por meio da Funarte, participa desde 2010 do Iberescena – Fundo de Ajuda para as Artes Cênicas Ibero-Americanas, ação conjunta com outros treze países que colaboram com a Secretaria Geral Ibero-Americana e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Há outro edital anunciado em 2016, mas que não consta no descritivo de ações da Codança: é o “Bolsa Funarte para Formação em Artes Cênicas – Residências em Circo Dança e Teatro”, direcionado para residências ou cursos de formação de um ano de duração, no Brasil e no exterior.

Assim, percebe-se que, na Funarte, os editais se tornaram o ponto central das políticas para a dança. O documento “Editais de Fomento 2006–2015” (2016), na sua apresentação, reforça o papel dessa fundação como responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento para as artes, cujas ações devem ser consoantes com as diretrizes institucionais e os Planos Setoriais.

Para atrelar essa política de fomento para a dança ao Plano Nacional de Cultura (PNC) (2008), o documento transcreve um trecho do PNC da parte intitulada “Diagnóstico e desafios para as políticas culturais”. Este situa a produção da dança como distante da maioria da população, aponta sua dependência em modelos de financiamento baseados em mecanismos de renúncia fiscal e cita ainda que a maioria das produções em dança tem dificuldade no

[...] acesso às fontes de financiamento e oportunidades de difusão e preservação. É preciso promover a formação de público e dos artistas, estimular a circulação da produção, garantir que as atividades realizadas no país sejam identificadas, registradas e divulgadas e estabelecer modelos sustentáveis de manutenção dos *grupos de baile* [sic] e da

pesquisa na linguagem da dança. (BRASIL, 2008, p. 33, grifo nosso)

Ao enfatizar a manutenção de “grupos de baile” – nomenclatura não usualmente adotada como parâmetro geral, mas a qual pode ser compreendida como distintos modos organizacionais da dança, como grupos, companhias ou coletivos –, a estes é estabelecida uma direta relação com a falta de sustentabilidade. Na publicação “Mapeamento da Dança”, de Matos e Nussbaumer (2016), dentre 338 grupos, companhias ou coletivos respondentes de oito capitais brasileiras,¹⁷ 52,1% desses declaram que a sustentabilidade econômica dos seus membros não provém da atuação em dança, enquanto 34,3% afirmam ter uma sustentabilidade parcialmente oriunda da dança e apenas 13,6% afirmam ter uma sustentabilidade exclusiva da dança. Essa relação muda quando analisamos as respostas dos 2.623 questionários individuais, cujos respondentes apontam distintos campos de atuação na dança, além do artístico, com uma forte inserção no campo formativo. Decorrente desse panorama, para 31,2% dos respondentes, a sustentabilidade econômica não provém da atuação em dança; já 35,6% declaram ter uma sustentabilidade parcialmente oriunda da dança; e 33,2% declaram ter sustentabilidade econômica exclusivamente da atuação em dança, o que aponta para uma possível ampliação da sustentabilidade do setor. (MATOS; NUSSBAUMER, 2016) Por outro lado, percebe-se que no campo da produção artística em dança a falta de sustentabilidade econômica dos integrantes de grupos, companhias e coletivos pode ser correlacionada às dificuldades encontradas para a busca de subsídios para a própria produção, o que tem contribuído para que essas grupalidades sejam cada vez mais organizadas por

.....

17 A pesquisa abrangeu as cinco regiões do país e foram mapeadas as seguintes capitais: Belém, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Esse mapeamento foi realizado por meio do termo de Cooperação Técnica Funarte/MinC e UFBA, com a coordenação de Lúcia Matos e Gisele Nussbaumer, com a participação de estudantes e pesquisadores das seguintes Universidades: IFG; PUC-SP; UFBA; UFC; UFG; UFPA; UFPE; UFRJ; UNESPAR/campus Curitiba II; UNESP; UPE. Os dados coletados tiveram como referência os anos de 2013 e 2014.

projetos de curta duração, por modos mais voláteis de agrupamentos, com sobreposição de funções, nas quais permanecem um alto índice de informalidade.

Diante da conjuntura socioeconômica atual e de seus reflexos no modo de organização do trabalho artístico na dança, bem como dos efeitos dos editais de curto prazo, considera-se que isso acabou acarretando no campo da dança um fenômeno definido como *fast-cult* (MATOS, 2014), em alusão ao *fast-food*: uma produção seriada, mecanizada, com um pré-determinado tempo para a criação e apresentação da obra, sem grandes preocupações com a relação artista-obra-público.

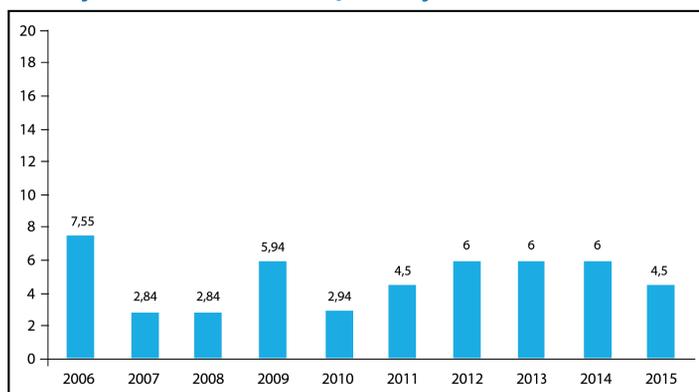
Fast-cult implica um menor tempo dirigido ao processo de criação/pesquisa e uma maior atenção ao cronograma de execução dos projetos para garantir a sobrevivência financeira com os editais. Essa é uma das consequências das políticas neoliberais no campo das artes, além da excessiva “flexibilidade” nas relações trabalhistas. Voltando ao teor do documento “Editais de Fomento 2006–2015”, neste é explicitado que, como forma de executar suas políticas de fomento, o Ceacem/Funarte as efetiva por meio dos editais Myriam Muniz (Teatro), Klauss Vianna (Dança), Carequinha (Circo) e Artes Cênicas na Rua. Para tanto, define fomento como

ação orçamentária que visa apoiar projetos voltados à promoção, produção, circulação, divulgação e concessão de prêmios e criação de selos, nas áreas de arte e cultura. Contempla também aquisição de equipamentos para dotar espaços destinados às atividades artísticas e culturais, além da realização de ações complementares abrangendo capacitação de recursos humanos e bolsas inerentes a projetos. Tem como objetivo fomentar a circulação da produção cultural brasileira nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais, artes integradas e cultura brasileira, proporcionando a fruição e o acesso amplo da população aos bens culturais. (FUNARTE, 2016, p. 2)

Do modo como está colocado, verifica-se uma redução do conceito de fomento à execução do orçamento, ficando em segundo plano as políticas estruturantes, pois como coloca Botelho (2001, p. 77) “o financiamento é determinado pela política e não o contrário”.

No diagnóstico da Funarte sobre o fomento, na análise dos recursos destinados ao edital Klauss Vianna, de 2006 a 2015, verifica-se uma grande oscilação orçamentária, sendo o ano de 2006 o com maior volume de recursos (R\$ 7,55 milhões) e os anos de 2007, 2008 (ambos com R\$2,84 milhões) e 2010 (R\$2,94 milhões) com os menores recursos, como pode ser visto a seguir:

Figura 1 – Evolução do valor total da premiação (em milhões de reais)



Fonte: Funarte (2016).

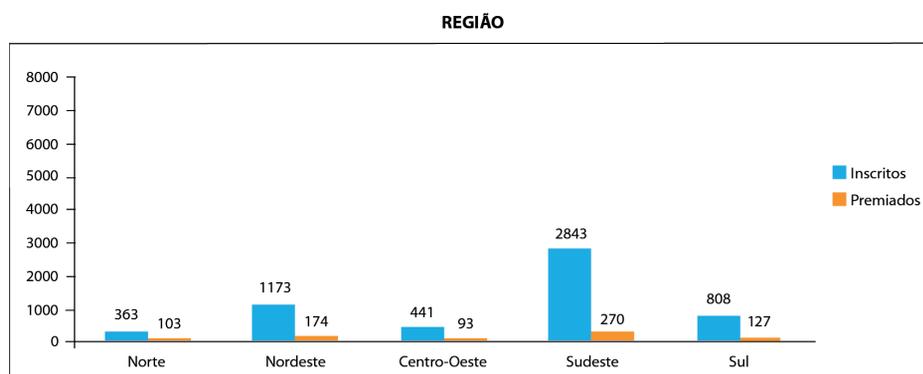
Ressalta-se ainda que, apesar do documento não explicitar este fato, a análise presente nesse gráfico refere-se ao ano de execução do edital – lançamento no ano anterior. Além disso, como já foi citado, o alto valor de premiação em 2006 decorre do edital ter sido lançado com recursos da Petrobrás e posteriormente complementado com recursos de Emenda Parlamentar. De modo correlato, a quantidade de projetos contemplados também oscilou de acordo com o recurso existente, sendo o ano de 2010 com o menor número de projetos aprovados (40) e o ano de 2006 com o maior número, 140 projetos contemplados.¹⁸

.....

18 Há uma divergência de dados entre dois relatórios. O documento “Editais de Fomento 2006-2015”

Ao analisar a relação entre número de inscritos e o número de premiados, por região, verifica-se que o Sudeste (2.843 inscritos) ainda permanece como a região que apresenta uma maior demanda, seguida do Nordeste (1.173 inscritos), Sul (808 inscritos), Centro-Oeste (441 inscritos) e Norte (363 inscritos), como pode ser visto no gráfico abaixo.

Figura 2 – Relação entre inscritos e premiados



Fonte: Funarte (2016).

Existe nas regras desse edital critérios para a seleção dos projetos, procedimentos para sua regionalização e distribuição em cascata dos recursos. Entretanto, percebe-se, por exemplo, discrepâncias na distribuição dos recursos entre os estados que compõe uma mesma região, entre interior do estado e capital,¹⁹ entre o quantitativo de inscritos e número de contemplados por região. Também não existe uma análise qualitativa sobre o perfil dos projetos inscritos/premiados e quem são esses premiados ao longo dos dez anos, o que implica na necessidade de uma profunda investigação para que seja verificada a eficácia desse modelo.

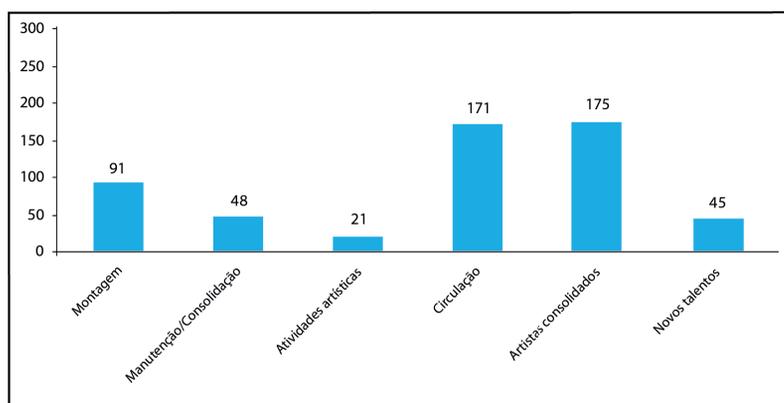
Ao verificar a distribuição de prêmios frente às categorias de inscrição propostas no edital Klaus Vianna, mesmo que o gráfico

(2016) registra como 140 projetos premiados enquanto que o “Relatório de Atividades 2006” ([2007]) declara terem sido 127 projetos contemplados, como foi citado neste artigo anteriormente.

19 Esse relatório aponta que a maioria das regiões apresenta uma concentração de premiação nas capitais, superior a 80%.

abaixo apresente uma ausência de dados parciais de 2006 e de dados totais de 2007 e 2009, nota-se que há uma ênfase na categoria artistas consolidados (175), seguido muito de perto da categoria de circulação (171); as demais tipologias apresentam números bem distintos, como montagem (91), manutenção/consolidação (48), novos talentos (45) e atividades artísticas (21). Para uma melhor análise desses dados seria necessário realizar um cruzamento desses números com o quantitativo de inscrições por categoria, bem como identificar essa mesma relação por regiões e estados.

Figura 3 – Número de prêmios por categoria de inscrição (em 2006 informação disponível apenas para suplentes; sem informação para 2007 e 2009)



Fonte: Funarte (2016).

Analisando essa conjuntura do edital Klauss Vianna verifica-se que a política de fomento, via editais, vem nesses dez anos atingindo uma parcela muito pequena dos agentes da dança que conseguem primeiramente atravessar a barreira da elaboração de um projeto e a posterior habilitação. A falta de informação e as dificuldades frente às convocatórias ficam explícitas nos resultados do Mapeamento da Dança.

Dentre os 2.623 indivíduos que tiveram seu questionário validado na pesquisa, 80,6% declaram desconhecer as políticas federais para a dança e dentre os 19,4% que as conhece, estes declaram conhecer

prioritariamente os editais (45,3%) e as leis de incentivo (24,5%), ou seja, os mecanismos de financiamento. Para o pequeno percentual de respondentes que declara conhecer as políticas federais para a dança, 48% consideram-nas insatisfatórias e 45,1% parcialmente satisfatórias. Aliado a esse quadro, 47,6% desses sujeitos consideram que essas políticas federais não abrangem a diversidade da produção em dança e 40,9% consideram-nas parcialmente abrangentes. (MATOS; NUSSBAUMER, 2016)

Quando indagados sobre a inscrição de projeto em editais ou leis de incentivo, do total de 2.623 respondentes, 79,1% declaram não terem inscrito projetos em 2013 e 2014. Dos 20,8% que inscreveram projetos, o que corresponde a 546 indivíduos, 46,7% declaram ter inscrito projetos em até 2 editais; 25,6% de 3 a 4 editais; 13,4% de 5 a 6 e 7,1% em mais de 8 editais. Ainda em relação aos 546 respondentes que inscreveram projetos em editais, 39,7% não tiveram projetos contemplados e 44% tiveram até dois projetos aprovados entre os anos de 2013 e 2014, 11,4% de 3 a 4 projetos e 4,9% em mais de 4 projetos. (MATOS; NUSSBAUMER, 2016)

Quando indagados sobre a quantidade de projetos aprovados em editais federais em 2013 e 2014, dos 546 indivíduos, 69,8% declaram que não tiveram nenhum projeto aprovado nesses editais, 26,7% declaram ter tido aprovação em até 2 editais, 2,9% de 3 a 4 projetos e 0,5% acima de 4 projetos aprovados nessa instância. (MATOS; NUSSBAUMER, 2016)

Assim, nessa relação entre os dados do relatório “Editais de Fomento 2006-2015” e os resultados do “Mapeamento da Dança”, verifica-se que apesar do edital ser um instrumento público de convocação que visa garantir a isonomia, a clareza de suas regras, a impessoalidade, o acesso democrático e a transparência na destinação de recursos públicos, esse tem se transformado, de forma equivocada, na ação central da política setorial para a dança, que não tem conseguido atingir um grande número de agentes da dança

e nem atendido a diversidade das produções e seus distintos modos organizacionais.

Diante do exposto, percebe-se ainda um grande hiato entre as propostas acordadas entre a sociedade civil e o Estado, presentes no Plano Setorial da Dança, já que uma real estruturação de políticas setoriais para a dança ainda permanece no campo das intenções. Além disso, com a perspectiva de estruturação de um Sistema Nacional de Cultura, cabe às instituições federais como MinC e Funarte assumirem o importante papel de alimentadores de uma sinergia com as demais instâncias federativas para a implementação de políticas culturais e setoriais.

Mesmo existindo na Codança/Funarte duas linhas de ações, não há um programa de dança que preveja ações continuadas para médio e longo prazo, permanecendo ainda uma visão de ações pontuais e anuais, muitas sem continuidade e acompanhamento sistemático sobre sua efetividade. Além disso, a maioria das ações/projetos existentes foram definidos pela Funarte, ficando muitas vezes aquém das necessidades do setor, sendo que essa situação também decorre da falta de claras políticas de Estado – e não de governo –, dos frequentes contingenciamentos orçamentários e pela ausência em nossa constituição da determinação de aplicação mínima de recursos para a cultura, ação esta necessária e amplamente solicitada.²⁰

Dentre os editais propostos pela Codança desde 2004, o Prêmio Klaus Vianna é o que possui maior aceitação pela classe de dança, e tem sido o único edital a apresentar uma continuidade e abrangência nacional, mas ainda com número de contemplados e recursos orçamentários insuficientes para a demanda. Ressalta-se também que não há na Funarte a existência de editais mais flexíveis, com tempo de execução (bianual ou mais), mais amplo para o proponente em que o mesmo tenha liberdade para apresentar suas próprias metas para a o uso do recurso público na manutenção de

.....
20 Previsto na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150/2003 e depois apensada a PEC 421/2014.

suas atividades artísticas. Nesse contexto da Funarte, no qual políticas ficaram reduzidas a fomento/editais, fica perceptível uma confusão reverberada no setor da dança, como ocorre também em outras áreas, com a compreensão de políticas setoriais para a dança como sinônimo de “política de editais”.

Por outro lado, vislumbra-se que, ainda que incipientes, iniciativas de diagnóstico das próprias ações da Funarte, como o relatório “Editais de Fomento 2006–2015”, possam possibilitar mudanças de rumos, desde que sejam levadas em considerações as demandas da área, que sejam (re)feitos os acordos com a sociedade, e seja construído um programa que realmente se estruture como políticas setoriais, projetando outras conjunturas para a dança.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37–60.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73–83, abr./jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRASIL. Decreto n° 5.037, de 7 de abril de 2004. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5037.htm>. Acesso em: 9 ago. 2017.

BRASIL. Lei n° 6.312, de 16 de dezembro de 1975. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 dez. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6312.htm>. Acesso em: 9 ago. 2017.

BRASIL. Lei n° 7.624, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República*

- Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 nov. 1987.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7624.htm>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. 2. ed. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://agentesculturais.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2009.
- CAMARGO, A. R. Estado e teatro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 20., 2010, Franca. *Anais...* São Paulo: ANPUH; Franca: UNESP, 2010, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ang%20E9lica%20Ricci%20Camargo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017
- CENTRO BRASILEIRO DE TEATRO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE. SNT/Inacen/Fundacen. In: CENTRO BRASILEIRO DE TEATRO PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE. *Prêmios teatrais*. Rio de Janeiro, c2013. Disponível em: <<http://cbtij.org.br/categoria/premios-teatrais/snt-inacen-fundacen-mec-minc-mambembe/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CERBINO, A. B. F. *Cenários cariocas: o Ballet da Juventude entre a tradição e o moderno*. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil) – CNPC. *Câmara e colegiado setorial de dança: relatório de atividades 2005-2010: a participação social no debate das políticas públicas do setor*. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/plano-setorial-de-danca-versao-impressa.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- FUNARTE. *Balanço de Atividades 2003*. Rio de Janeiro, 2003.
- FUNARTE. *Editais de fomento 2006-2015*. Rio de Janeiro, 2016.
- FUNARTE. *Relatório de atividades 2005*. Rio de Janeiro, [2006]. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/relatv2005.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- FUNARTE. *Relatório de atividades 2006*. Rio de Janeiro, [2007]. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/relatv2006.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

- FUNARTE. *Relatório de gestão do exercício de 2011*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/acessoainformacao/wp-content/uploads/2012/05/Relatorio_gestao_2011_Interativo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- FUNARTE. *Relatório de gestão do exercício de 2012*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/relatorios/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- GARCÍA CANCLINI, N. Definiciones en transición. In: MATO, D. (Comp.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 57-67.
- GUIMARÃES, M. S. Manobras de distensão: vestígios da atuação de grupos e da Oficina Nacional de Dança Contemporânea na organização político-cultural da dança no Brasil. In: ENCONTRO FUNARTE DE POLÍTICAS PARA AS ARTES, 1., 2011, Rio de Janeiro. [*Trabalhos apresentados*]. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2011/08/Manobras-de-Distens%C3%A3o-Artigo-Folha-de-rosto-2.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- IBGE. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura*: 2006. Rio de Janeiro, 2007.
- KLAUSS Vianna. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa349623/klauss-vianna>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- MATOS, L. The current state of dance micro and macro policies in Brazil. In: CONGRESS ON RESEARCH IN DANCE, 2013, Riverside, CA. [*Conference Proceedings*]. New York: Cambridge University Press, 2014. p. 114-120. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/COR>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- MATOS, L. Redes em tramas: articulações da dança no Brasil visando à ampliação das políticas culturais para a Dança. *Territórios em Red*, [s.l.], v. 2, p. 35-43, 2011.
- MATOS, L.; NUSSBAUMER, G. (Coord.). *Mapeamento da dança: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil*. Salvador: UFBA, 2016.
- MOREIRA, R.; CALABRE, L. Financiamento da cultura sob a ótica dos direitos culturais: possibilidades e desafios do Plano Nacional de Cultura. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 2, n. 5, p. 97-114, 2012.

Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6788>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

NUSSBAUMER, G. M. A Funarte e as políticas para as artes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 8., 2017, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. p. 1-14.

OSÓRIO, S. do A. Dança, política e resistências. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA, 3., 2014, Salvador. *Anais...* [S.l.]: Associação Nacional de Pesquisadores em Dança, 2014. Disponível em: <<http://www.portalanda.org.br/anaisarquivos/2-2014-2.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

REIS, D. O balé do Rio de Janeiro e de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1940: concepções de identidade nacional no corpo que dança. *Fênix: revista de história e estudos culturais*, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF4/Artigo%2004%20-%20Daniela%20Reis.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

REVISTA DAS CÂMARAS SETORIAIS DE CULTURA. Rio de Janeiro: Funarte, ano 1, n. 1, dez. 2005/mar. 2006.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

VELLOSO, M. A dança na esfera de poder federal: espaços de representatividade, condições de existência e esboços para uma agenda política. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MarilaVelloso_A_danca_na_esfera_do_poder_federal.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.